



AUTONOMIA TERRITORIAL E RESISTÊNCIA: PENSAR NOVOS MUNDOS

Rafael Barra Amador

RESUMO

O presente trabalho em certa medida arvora-se em pensar em diferentes escalas geográficas de análise – América Latina, Brasil, Maranhão – exemplos que possam ajudar no que buscamos compreender enquanto processos de autonomia territorial e as práticas de resistências que conduziram à autonomia em algum nível de diferentes grupos sociais em distintos espaços. Para a coleta de informações realizou-se levantamento de dados secundários bem como os trabalhos de campo, sobretudo, em relação à realidade maranhense. Como resultados preliminares realizou-se um levantamento de movimentos sociais populares, representados por seguimentos camponeses que atuam em especial no campo, destacando a busca por autonomia territorial e formas de resistência.

PALAVRAS-CHAVES: Autonomia Territorial; Resistência camponesa; Movimentos sociais.

TERRITORIAL AUTONOMY AND RESISTANCE: THINKING NEW WORLDS

Abstract

The present work to a certain extent tries to think about different geographical scales of analysis - Latin America, Brazil, Maranhão - examples that can help in what we seek to understand as processes of territorial autonomy and the practices of resistance that led to autonomy at some level different social groups in different spaces. For the collection of information, a survey of secondary data was carried out, as well as fieldwork, especially in relation to the reality in Maranhão. As preliminary results, a survey of popular social movements was carried out, represented by peasant segments that work especially in the countryside, highlighting the search for territorial autonomy and forms of resistance.

AUTONOMÍA Y RESISTENCIA TERRITORIAL: PENSANDO NUEVOS MUNDOS

RESUMEN

El presente trabajo intenta, en cierta medida, pensar en diferentes escalas geográficas de análisis: América Latina, Brasil, Maranhão, ejemplos que pueden ayudar en lo que buscamos entender como procesos de autonomía territorial y las prácticas de resistencia que condujeron a la autonomía en algún nivel diferentes grupos sociales en diferentes espacios. Para la recolección de información, se realizó una encuesta de datos secundarios, así como trabajo de campo, especialmente en relación con la realidad en Maranhão. Y como resultados preliminares, se realizó una encuesta de los movimientos sociales populares, representados por segmentos campesinos que trabajan especialmente en el campo, destacando la búsqueda de autonomía territorial y formas de resistencia.

PALABRAS CLAVE: Autonomía territorial; Resistencia campesina; Movimientos sociales.

O presente trabalho em certa medida arvora-se em pensar diferentes escalas geográficas de análise – América Latina, Brasil, Maranhão – considerando as ligações diretas com acontecimentos semelhantes no Brasil e América Latina para pensar a partir do que buscamos compreender enquanto processos de *autonomia territorial*¹ e as *práticas de resistências* que conduziram à autonomia em algum nível de diferentes grupos sociais em distintos espaços. No que diz respeito a ideia de *território* tomamos os pensamentos de Santos & Silveira (2006), que realizam esforço de compreensão a respeito das múltiplas formas de como o território é usado – *território usado*². O texto esboça uma breve reflexão sobre tais temas, portanto não se pretende conclusivo, mas sim, se propõem a lançar luz acerca dos mesmos, bem como trazer a voga seguimentos sociais historicamente relegados.

Logo é necessário colocar os movimentos sociais populares como protagonistas de suas próprias histórias, mesmo em países onde os partidos políticos considerados de esquerda foram/são significativos, como o Brasil, que por mais de uma década implementou uma forte política de mediação de classes. Nesse sentido, vieram *desde abaixo* com os movimentos sociais populares a vanguarda na luta contra o neoliberalismo (HARVEY, 2008). Estes movimentos emergem ou ganham força em momentos como agora, onde se tem um esgarçamento do tecido social a favor ainda mais do modelo neoliberal em sua etapa mais aguda, de extrema articulação do capital financeiro com os territórios.

¹ Sobre *autonomia territorial*, assim nos falam SANCHÉZ (1999, p.111) *apud* ALKMIN (2015, p. 118): “Nesse sentido, a autonomia territorial seria um rearranjo político e geográfico do federalismo estatal, de forma a propiciar os meios às sociedades indígenas para o exercício concreto de sua autodeterminação” (SANCHÉZ, 1999, P.111 *apud* ALKMIN, 2015, p. 118. Cf. ALKMIN, Fábio Márcio. **Por Uma Geografia da Autonomia:** a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015).

² Sobre *território usado*, assim falam SANTOS & SILVEIRA (2006, p. 19-20): Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada [...]. O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território (Cf. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006).

Nesse sentido, busca-se compreender os movimentos populares, a partir de uma concepção *gramsciana*³, onde os movimentos sociais são a representação do movimento da sociedade que segue em constante processo de transformação. Com a perda acentuada de direitos conquistados historicamente, as resistências (mobilizações políticas e insurreições populares) por vezes partem em resposta a demandas locais, ou com as próprias comunidades. As insurreições, nesse caso, são a expressão particular das lutas de classe, por vezes apresentam-se sob formas concretas e diretas ou expressas como podem (resistências cotidianas de formas por vezes não visíveis).

Historicamente, o Estado em parceria com grandes corporações têm imposto aos povos tradicionais e grupos camponeses que a única forma legítima de reconhecimento de suas identidades coletivas e o consequente acesso aos direitos historicamente conquistados, como a autonomia sobre os seus territórios seja efetivada através das mais diversas formas de associativismo (cooperativas, associações, etc.). Essa prática em alguma medida engessa os movimentos sociais nas estruturas burocráticas do Estado, freando qualquer forma de ação de resistência concreta que venha a ser praticada pelos movimentos/articulações. Ainda nessa esteira analítica, este modelo formal de organização em larga medida, anula as formas próprias de organização e reivindicação dos povos tradicionais e grupos camponeses.

Nesse sentido, os movimentos sociais além das práticas de resistências cotidianas passam a um questionamento do poder estabelecido. À medida que o processo de luta avança gradualmente os povos tradicionais e seguimentos camponeses passam de uma atitude necessariamente de resistência ao neoliberalismo e lutas pontuais, avançando --na compreensão da necessidade de construção de instrumentos e mecanismos próprios de política, tais quais, os exemplos pontuados por Harnecker (2018), como os ocorridos no Equador, com o movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik, movimento ao Socialismo - Instrumento Político pela Soberania dos Povos na Bolívia.

Pode-se verificar que junto ao que se convencionou chamar de velhos movimentos sociais, por vezes extremamente ligados a formas clássicas de organização (partidos, sindicatos) que entram em crise, sobretudo, pós 1960 com a erupção de lutas específicas como: a questão de gênero; étnica racial; ecológica. Lutas sociais que em grande medida,

³ Sobre o pensamento *Gramsciano*, nos diz CARDOSO (2017, p. 5): “a formação da consciência nacional popular depende da capacidade das classes subalternas, da cidade e do campo, de se constituírem em uma alternativa de reorganização social e política da sociedade. Essa questão está relacionada a uma perspectiva que coloque na ordem do dia o problema da construção de uma hegemonia de novo tipo” (Cf. CARDOSO, Franci Gomes. **Classes sociais e construção de hegemonia das classes subalternas**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2017).

foram pensadas fora do âmbito da luta de classe (negação), bem como, promovem uma profunda fragmentação da luta popular. Ainda que pesem as especificidades das lutas Harnecker, (2018) pontua acerca da maneira de pensar as lutas específicas históricas no âmbito das lutas de classe. Segundo Harnecker, (2018 p. 44), “Tratam-se de movimentos muito pluralistas onde coexistem componentes da Teologia da Libertação, do nacionalismo revolucionário, do marxismo, do indigenismo, do anarquismo”. Desse modo, deixam de se preocupar questões pontuais e passam a se ocupar de temas mais nacionais/globais, este fato, não só enriquece a luta e demandas como possibilita que setores diversos sejam incorporados a luta.

O presente texto é fruto de diversas reflexões sobre os temas autonomia territorial e resistências. Ambos os temas são elementos de análise mais ampla que resultará na dissertação que está em processo estruturação junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão. Nesse sentido, os exemplos de movimentos e articulações mencionados no texto são figurações do que se busca entender como autonomia territorial e resistências. Desta forma recorreremos ao diálogo com autores como, Harnecker (2018), Gohn (2011, 2014), Vargas Netto (2017), Mariategui (2000), entre outros para pensar questões pertinentes a movimentos sociais e lutas sociais que em alguma medida conduziram a processos autonômicos, destacando as escalas global, regional – América latina, Brasil, Maranhão. Recorreremos também a casos concretos que compreendemos representarem importantes figurações que retratam o tema abordado, em maior grau realiza-se uma aproximação à casos figurativos no Maranhão, como: a Teia de Povos e Comunidades Tradicionais. Ainda como objetivo deste trabalho, é orientar a análise crítica de experiências históricas e contemporâneas considerando o avanço do capital sobre os territórios metamorfoseados em megaprojetos a perspectiva dos movimentos de resistência na luta pela construção de alternativas emancipatórias.

NOVOS MUNDOS POSSÍVEIS

Harnecker (2018), destaca que a América Latina teve papel pioneiro no processo de rejeição das políticas neoliberais. Tais políticas impostas a países como o Chile durante a ditadura de Pinochet que, além de efetivarem o experimento neoliberal de forma voraz, exerceram a função de aprofundar a pobreza e fazer aflorar ainda mais as desigualdades sociais. Ainda em diálogo com Harnecker (2018), a autora faz uma reflexão acerca do

protagonismo dos movimentos de base popular como vanguarda no enfrentamento contra o neoliberalismo na América Latina.

No bojo do processo que nos propomos a pensar nesse artigo apresentam-se as utopias concretas. Ideia trabalhada por Harvey (2004), a utopia é pensada à luz de uma força política de transformação, de uma alternativa capaz de se contrapor à lógica destrutiva inerente ao processo de globalização contemporâneo. Este é um fenômeno da mais alta relevância e muito trabalhado por Netto (2017), em seu livro *Cultura Política e movimentos sociais latino-americanos*⁴. Segundo Vargas Netto, (2017, p. 230), a “utopia concreta” seria: “[...] a crença na possibilidade de um ‘novo mundo’, com novos valores de convivência, não exclusão, respeito à diversidade, aliança e construção de redes solidárias, defesa do ecossistema para salvar a vida [...]”

Essa possibilidade de imaginar novos mundos seria possível a partir de algumas práticas de grupos sociais subalternizados. Em conformidade com o pensamento de Netto (2017), e na tentativa de tecer uma diferenciação e aproximação possível da empiria com a teoria, o autor permite-nos entender como novos *movimentos sociais*⁵ são grupos que em algum sentido estão próximos da tradição libertária, ligados a formas de organização próprias e autogestionadas.

Em literaturas especializadas, é comum se fazer menções ao Exército Nacional de Libertação Nacional - EZLN e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, como sendo exemplos do paradigma dos chamados novos movimentos sociais. Vargas Netto (2017, p.229) “essas comparações, por vezes superficiais, geralmente baseiam-se no fato de ambos os movimentos articularem, no seu discurso, críticas às práticas aos efeitos perversos da globalização neoliberal”. Dessa forma, um dos elementos chaves para compreender tanto o discurso quanto às ações desses “novos movimentos” gira em torno da ideia de *exclusão social*. Tal exclusão implica também no processo de perda da identidade.

Segundo Vargas Netto (2017, p. 229), a respeito dos novos movimentos e suas formas de organização:

É essa recusa desesperada de aceitar tal destino, e a consequente formulação de projetos sociais alternativos, que engendra a originalidade das formas de organização e resistência contra uma modalidade de “desenvolvimento” que prescinde o homem. As rebeliões das populações rurais marginalizadas, de ontem e

⁴ Ver mais em **Cultura Política e movimentos sociais latino americanos**: Os casos do EZLN e do MST. NETTO (2017).

⁵ Para o autor isso não significa abandonar o conceito de classe: “[...] A experiência da classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é forma como as experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições sistemas de valores, ideias e formas instrucionais.”

de hoje, e em toda América Latina, aparecem como gestos coletivos, materiais e simbólicos cujo conteúdo, na maioria dos casos, pode ser encontrado na vontade dessas comunidades em persistir no seu ser. Revoltam-se e se organizam para resistir porque somente a resistência é possível frente ao movimento do mundo que dissolve e nega esse ser (VARGAS NETTO, 2017, p.229).

Destaque para lutas históricas de povos das Américas, tais como: a luta do movimento *mapuche* no Chile (1990 até hoje). Os *mapuche* são um povo indígena que foi atingido por políticas neoliberais. Harnecker (2018) e Vargas Netto (2017), salientam a figura do Exército Zapatista de Libertação Nacional⁶, que em janeiro de 1994 eclode um processo de luta contra o Tratado de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA⁷.

Harnecker (2018, p.35-36) destaca que [...] “o movimento conseguiu trazer à tona o tema da opressão e discriminação sofrida pelos indígenas mexicanos”. Tanto a Guerra da água na Bolívia (1999)⁸ e a rebelião no estado mexicano de Oaxaca – autointitulada comuna de Oaxaca – que levou a promoção de autogoverno que durou por seis (06) meses, são exemplos explorados por Harnecker (2018), onde a autora tenta demonstrar que a mudança começa pelos povos de baixo.

Tomada por barricadas e acampamentos a cada esquina, as cores nas ruas, pessoas nas praças tecendo, lendo, conversando, este era o cenário visto nas ruas no período em que experienciava o autogoverno em Oaxaca no ano de 2006. Segundo Branco (2017), “Oaxaca viveu um expressão social radical e profunda, onde o povo se encarregou de manter a ordem”. Os fatos ocorridos em Oaxaca no período são bem mais do que uma revolta, o que já bastante, mas é uma erupção generalizada de um modo de vida que remete a diversidade social e cultural do Estado aos povos indígenas (BRANCO, 2017). Essa erupção assim, como outras já estava latente, até quando sua explosão se torna inevitável, resultado de um longo processo de contradições, que tomam forma.

⁶ O movimento Zapatista como ficou conhecido, Segundo Bernardo Mançano Fernandes em artigo publicado para enciclopédia Latino americana descreve o papel do movimento “[...] não denunciou somente as desigualdades e a situação de exclusão da maioria da população mexicana. Também deu intenso destaque à perda da soberania nacional representada pela adesão ao tratado de livre-comércio. Igualmente, colocou em destaque a negação do governo de aceitar a pluralidade étnica e suas autonomias.”

⁷ A insurgência Zapatista tem início no mesmo dia da assinatura do acordo de livre comércio da América do norte – NAFTA. O acordo representa a integração econômica e a dinamização da expansão do capitalismo, intensificando os processos de expropriação.

⁸ Harnecker (2018, p. 37-38) diz: [...] no contexto de uma série de privatizações de empresas públicas – linhas aéreas, serviços de trem, fornecimento de energia elétrica – Cochabamba, importante cidade do país se levanta contra as privatizações [...]. [...] a multidão tomou as ruas da cidade e impediu a entrada das forças de segurança até que o governo voltou atrás na concessão. Este foi o estopim para o início de amplas mobilizações populares.

Grifos do autor.

Na construção de caminhos autônomos, os zapatistas logo após o levante armado de 1994, passam a tecer uma rede relações que englobam a sociedade civil e um diálogo possível com forças políticas sociais do estado de Chiapas. Embora as experiências de autogestão – do território – sejam práticas seculares dos povos latino americanos. Segundo Ornelas (2005), do ponto de vista da efetivação da autonomia os diálogos de San Andrés⁹ representam momento decisivo para dar visibilidade da problemática a nível nacional.

A autonomia na busca por condições materiais de vida está materializada nas formas de luta por território o que torna legítimo as ações dos povos tradicionais e grupos camponeses latino-americanos, como: o emblemático levante armado promovido pelo EZLN. Independente da suspensão do levante armado – a luta não foi suspensa – o movimento zapatista traz à luz elementos para discussão, tais como, a opressão e discriminação sofrida pelos povos indígenas mexicanos, bem como a necessidade urgente transformações profundas nas políticas do Estado. O movimento zapatista reivindica possibilidade de construir de outro mundo, em outras bases de reprodução da vida, de organização política, de relações sociais.

É fundamental considerar, o peso epistemológico que as ações concretas e práticas de lutas do EZLN têm colaborado na construção e desenvolvimento do conceito de autonomia e resistências no bojo das lutas anticapitalista, em especial na América Latina. Em exercício de livre associação *feita por este autor*, é possível aproximar em algum grau –maior ou menor – as práticas de luta da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão às do movimento Zapatista, sobretudo, no que diz respeito a reivindicação por autonomia territorial, promoção de retomadas territoriais, como a feita pelo povo indígena Akroá Gamella¹⁰ e o distanciamento cada vez maior das políticas de Estado.

No que diz respeito às experiências em nível de Brasil não se pode furtar em falar sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Segundo Harnecker (2018), ao se referir ao MST, considera o movimento como expoente na luta contra o neoliberalismo voraz que assolou e assola a América Latina em especial o Brasil desde anos 1980, tendo sua atuação enquanto movimento consolidado principalmente na década de 1990.

⁹ Ver mais em: **Proposta de Lei sobre os Direitos e Cultura Indígenas**. (ORNELAS, 2005, p.141).

¹⁰ Sobre a retomada territorial promovida pelo povo Gamella, nos trazem elementos de compreensão COELHO & SILVA (2017 p.9), “Em 2015 os Gamela realizaram a II assembleia, desta feita reunindo outros povos indígenas, dentre estes os Krenyê e os Ka’apor, auxiliados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A partir dessa assembleia foram retomadas as duas fazendas que se encontravam localizadas em terras dos Gamela, ocupadas por fazendeiros” (Cf. COELHO, Elizabeth Maria Beserra; SILVA, Rosângela Ramos. **A LUTA PELO RECONHECIMENTO ÉTNICO E DIREITO À TERRA: Os Gamella**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2017).

Na esteira das experiências de resistência concretas, cabe destacar os processos de retomadas de território do Povo Guarani Kaiowá ocorridas no Estado do Mato Grosso, no Brasil, que, sob forte ameaça [de morte], resistem e seguem derrubando as cercas e retomando os territórios que estavam em posse do latifúndio. Cabe destacar em breves linhas um pouco do histórico da luta segundo expõem o Jornal Resistência Camponesa (2018),

Nas últimas décadas, os guarani e kaiowá e os terena vêm avançando no processo de retomada do seu território tradicional, que foi sendo expropriado ao longo dos séculos e resultou no confinamento dos indígenas em reservas ou em acampamentos, normalmente às margens de estradas (RESISTÊNCIA CAMPONESA, 2018, p.3).

Tratando-se do Estado do Maranhão, Brasil, temos alguns casos de resistência concreta e processos de autonomia territorial em curso. A luta por reconhecimento étnico e territorial do povo Akroá-Gamella foi retomada por volta de 2012, após um trabalho interno à comunidade de retomada de consciência. O processo deu-se a partir da retomada da memória do povo que, quanto mais trabalhada, mais se reafirma o caminho a ser percorrido. Nesse processo de retomada de consciência, além do resgate da memória, a compreensão de que a luta seria/é difícil, porém extremamente necessária para garantir os direitos que historicamente foram negados, bem como, o respeito como povo indígena que fora perdido seja recuperado (CIMI, 2015)¹¹.

Cabe pontuar também as práticas de resistência operadas na comunidade quilombola Nazaré no município de Serrano do Maranhão. A partir de retomadas de áreas que haviam sido ocupadas por fazendeiros e de um processo de fortalecimento da educação quilombola que preserva os modos de vida e a história do povo negro, a comunidade tem avançado em direção à caminhos autônomos.

Ainda acerca de exemplos figurativos de movimentos que caminham na direção da construção de caminhos autônomos no Maranhão, vale destacar a Teia de povos e comunidades tradicionais¹². Todo esse processo de transformações pelo qual o campo maranhense vem passando ganha contornos mais claros quando vistos à luz dos conflitos sociais, onde os sujeitos (Quebradeiras de Coco, Sertanejos, Camponeses, Quilombolas, Indígenas e Pescadores) constroem e buscam apoio na articulação da Teia.

¹¹ Mais detalhes ver em: CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **A força do povo Gamela: “Pensavam que nós éramos matutos, mas nós somos índios”**. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2015/05/37192/>> Acesso em: 03/07/2020>

¹² A Teia de Povos e Comunidades Tradicionais é uma articulação entre Povos e Comunidades, com o objetivo de “tecer o bem viver” diante de tantas violências e direitos originários negados. Inicia-se entre uma articulação entre quilombolas e indígenas que diante de tantas pautas comuns, firmam alianças para construir caminhos autônomos e de resistência. (BATISTA; SANTOS; *et.al*, 2017).

O surgimento da Teia no Maranhão eclode num momento de intenso investimento por parte do Estado brasileiro na figura do Governo Federal do Partido dos Trabalhadores – PT¹³ deposto em 2016 quando assume Michel Temer. O período do governo PT serviu de base para a criação e efetivação de megaprojetos¹⁴ de infraestrutura e desenvolvimento espalhados pelo território nacional, como o caso do MATOPIBA¹⁶, além de políticas como a PEC 215¹⁷ e marco temporal, medidas que afetam diretamente os povos e comunidades tradicionais.

Neste cenário o Maranhão mostra-se um campo fértil para desenvolvimento de políticas que afetam diretamente os povos e comunidades espalhados ao longo do seu território. Embora campo frutífero para problemas de ordem desenvolvimentista, nota-se também, o Maranhão como espaço fecundo para reação/resistência por vezes organizada em defesa de um projeto de vida em contraposição ao projeto de morte marcado pelo desenvolvimento do capital.

A articulação da Teia no Maranhão, até o momento agrega diversos grupos étnicos tradicionais¹⁸, que por si só garantem a legitimação dos seus territórios e seus respectivas formas de uso – sertanejos, quilombolas, indígenas, geraizeiros, pescadores artesanais, quebradeiras de coco¹⁹ – que possuem respectivamente suas próprias Teias (ALMEIDA, 2008).

¹³ Cabe aqui, ressaltar os avanços sociais conquistados neste período, mas sem nunca, deixa de realizar a crítica necessária à política destrutiva praticada pelo Partido dos Trabalhadores, sobretudo contra aos povos tradicionais.

¹⁴ Os Megaprojetos também denominados Projetos de Grande Escala ou Macroempreendimentos, ou em termos equivalentes a Projetos de Desenvolvimento, estão geralmente vinculados à edificação de uma infraestrutura complexa e gigantesca em diferentes regiões do planeta. No discurso do Estado Nacional atual eles se mostram como formas de modernização territorial e administrativa das áreas ditas marginais ou afastadas, considerados como supostas “janelas de oportunidade” econômicas para desenvolver uma estrutura territorial do Estado (MARINHO, 2016).

¹⁵ Ainda sobre a concepção sobre megaprojetos Ibarra, sustenta que os megaprojetos de desenvolvimento produzem transformações na natureza que podem ser entendidas como uma forma de produção espacial. Essas transformações, por sua vez, provocam tensões, já que vai de encontro a outras formas de pensar e ser a natureza, como os povos indígenas, camponeses. (Cf. IBARRA, María Verónica. *Los megaproyectos desde una geografía crítica*. In: IBARRA, María Verónica; TALLEDOS, Edgar (coords.). *Megaproyectos en México: una lectura crítica*. Itaca/UNAM: México, 2016).

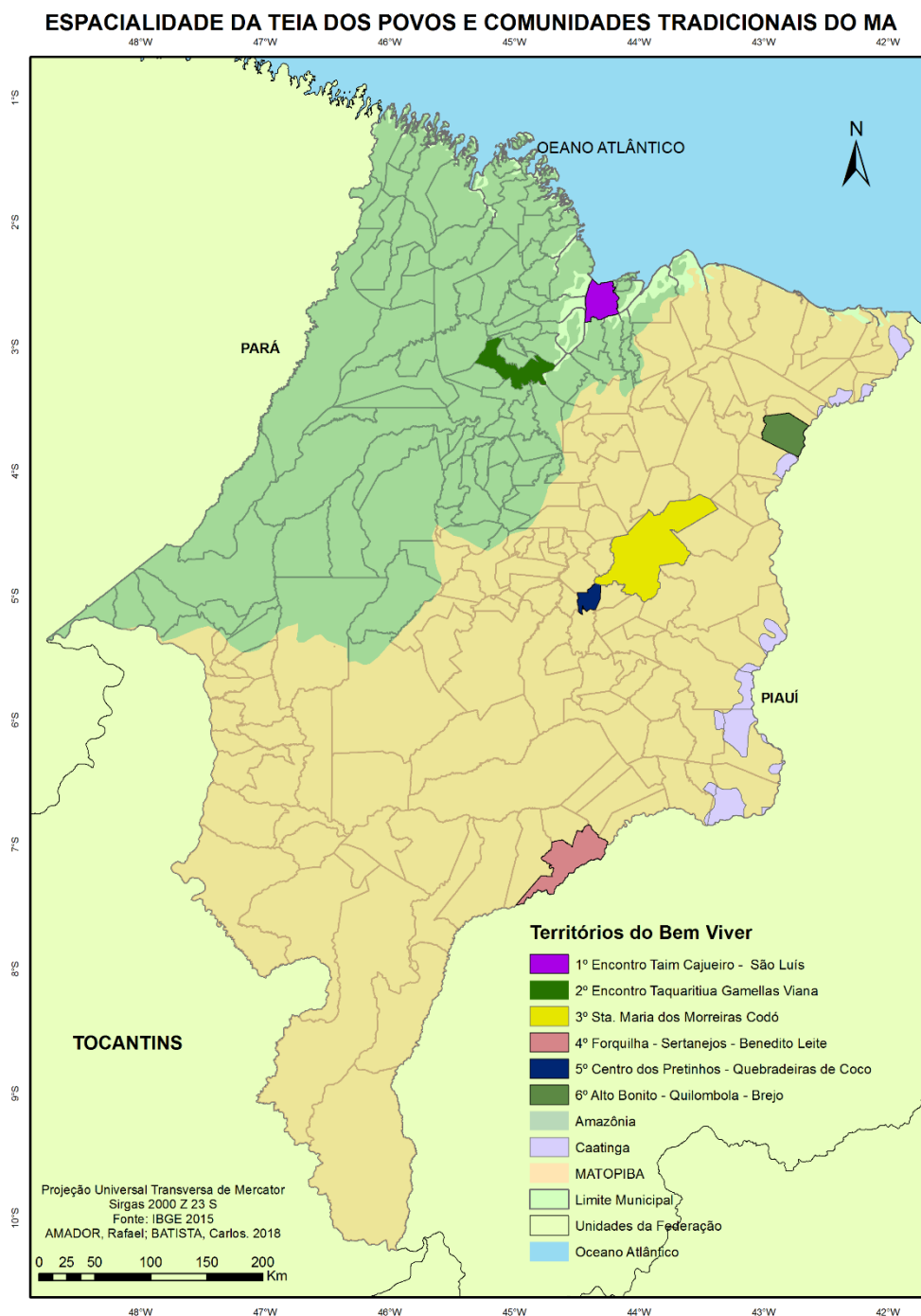
¹⁶ O MATOPIBA refere-se ao conglomerado territorial dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia onde se configura áreas e produção de grãos. Numa dimensão estratégica do modelo territorial da produção agrícola “moderna”. (ALVES, 2006 apud COSTA, 2016).

¹⁷ Mais informações em. Proposta de Emenda à Constituição Nº 215. Câmara dos Deputados. Brasília, 2015

¹⁸ Para mais informações ver: **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaquais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasta:** terras tradicionalmente ocupadas. 2ª. Ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

¹⁹ **Art. 3º do decreto 6040 de 07/02/2007.** Decreto que discorre acerca da tipificação e dos direitos dos “Povos e Comunidades Tradicionais”.

Mapa 1 – Espacialidade da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão



Fonte: IBGE (2015)

À luz do mapa acima é possível dimensionar em mínima escala de análise a espacialização dos conflitos no campo maranhense²⁰. Notadamente os municípios em

²⁰ Ver mais em Caderno de Conflitos no Campo (Comissão Pastoral da Terra) – Brasil 2016.

destaque no mapa fazem parte de regiões que vem sofrendo ao longo da história, e mais recentemente, com as práticas coloniais de exploração do homem e da terra, como casos de coronelismo e criação de latifúndios. Vale destacar também, segundo pontua Silva (2007), o incremento do capital financeiro no campo com a criação das chamadas “fronteiras agrícolas”, também presentes no Estado Maranhão, é elemento que intensificam os conflitos no campo. Os municípios em destaque no mapa, também receberam o foro de debate promovido pela Teia, o chamado Encontro. Em destaque ainda, o bioma cerrado e sobreposto a ela o polígono que representa a área abrangida pelo MATOPIBA.

Assim, com o processo de desenvolvimento capitalista atual a expansão e dominação da natureza e dos territórios, provocam a perda da diversidade biológica e cultura, restando apenas a (mono) cultura. A incorporação de grandes áreas de terra, sobretudo para produção de grãos dar-se-á através da implementação de fronteiras agrícolas capitalistas²¹ sendo resultado do processo de reprodução do capital no espaço, sobretudo em áreas consideradas periféricas e marginalizadas. Nesse contexto temos a ocupação das áreas do cerrado brasileiro, ainda com bastante cobertura vegetal e enorme riqueza hídrica preservada.

Ao longo da extensão de áreas que hoje é ocupada pelo MATOPIBA compreende uma série de rede de fixos (latifúndios, indústrias, armazéns, portos) e de fluxos (informações, mercadorias, capitais), para que esses empreendimentos se estabeleçam destrói o que tiver no caminho. (PORTO-GONÇALVES, 2015; SILVA, 2007).

Recorremos aos estudos realizados por Rodrigues (2010), na tentativa de lançar luz sobre a importância de compreender a heterogeneidade do campesinato brasileiro, com destaque ao campesinato maranhense e sua multiplicidade. Ainda vale pontuar o caráter pioneiro da articulação no Maranhão, haja vista existam composições semelhantes em outros estados como a Bahia.

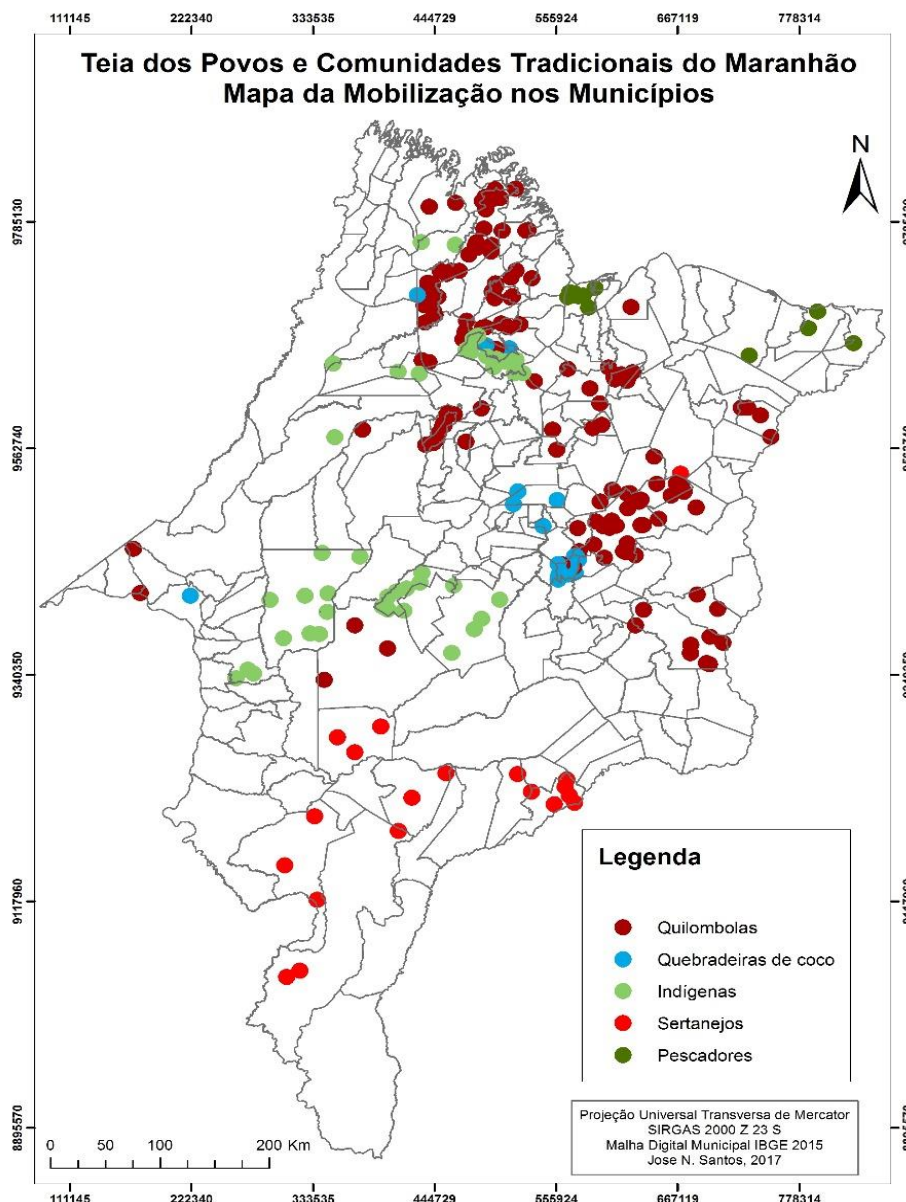
Assim ratifica Rodrigues (2010, p.19):

O campesinato brasileiro tem seu desenvolvimento de forma heterogênea, não podendo haver uma fórmula para descrevê-lo, assim, falar dele é tratar de formas diversas de relações sociais, que muitas vezes, se desencontram historicamente e espacialmente. O caso fronteira, como sendo um lugar do encontro entre temporalidades distintas, em que, de um lado, se põe a velocidade do modo de produção capitalista e, de outro, povoações que estão fora do ciclo produtivo da *produtividade capitalista*, pode ser descrito como um exemplo das formas de resistência do campesinato frente ao avanço das formas capitalistas de incorporação espacial e social. (RODRIGUES, 2010 p.19).

²¹ Ver Silva, (2007) p. 291-292

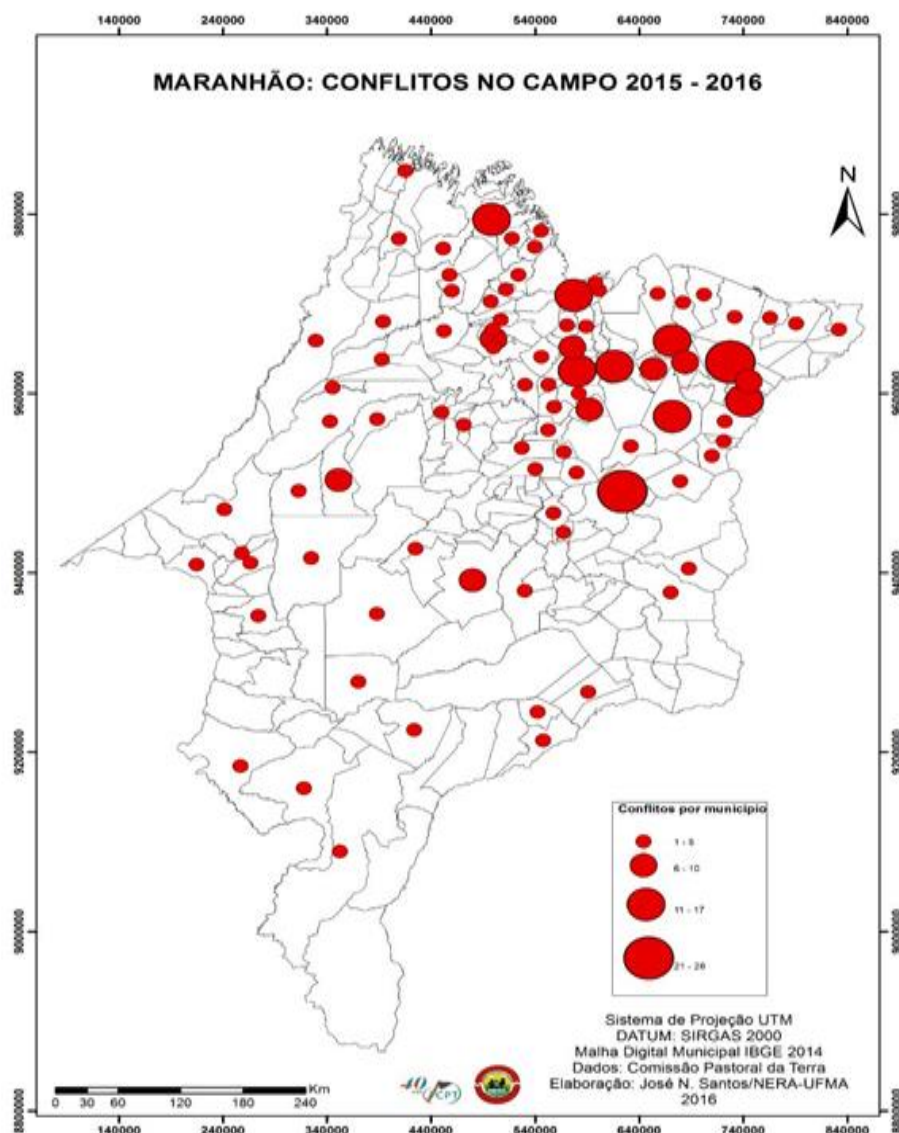
A luta camponesa no Maranhão, bem como o próprio campesinato no maranhense se apresentam de forma bastante diversa, com atores distintos [quilombolas, quebradeiras, pescadores] e povos indígenas²². A complexidade do campo maranhense pode ser compreendida a partir das tensões produzidos pelos conflitos de relações de interesses divergentes. Daí a existência de um quadro histórico de violência no campo, com a presença do fazendeiro e do grileiro – figuras que carregam consigo uma bagagem colonial de dominação e humilhação. Na continuação desse quadro as novas (velhas) formas de dominação e controle da natureza e dos territórios produzidas pelo Estado e por megaprojetos de desenvolvimento tocados por empresas – locais, nacionais e internacionais – continua a assegurar a expansão do modelo capitalista global (COSTA; *et.al.*2016).

²² O mapa de mobilizações da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, busca demonstrar a diversidades de grupos sociais e povos tradicionais [embora não especifique os Povos] que compõem o campesinato maranhense. Explicita também o caráter plural da articulação da Teia. O mapa foi elaborado no ano de 2017, atualizações são pretendidas pelo autor, visto que o tema ainda é também objeto de inquietação do autor deste artigo.



Mapa 2 – Mobilizações promovidas pela Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão
Fonte: IBGE (2015).

A distribuição geográfica da concentração dos conflitos no campo maranhense apresenta-se com maior pujança em algumas áreas específicas nos últimos anos. Estende do baixo Parnaíba ao leste do Estado do Maranhão; da baixada maranhense à Ilha do Maranhão. E, sobretudo, nos municípios de São Luís e região metropolitana; incluindo, mais recentemente, a cidade de Alcântara que retornou com força para arena de disputa. Isto sem aprofundar a já “consolidada fronteira agrícola” da região sul do Estado, onde ainda é possível notar as constantes transformações provocadas no espaço, em razão da intensificação dos processos produtivos agrícolas na região (ver mapa de conflitos no campo).



Mapa 3 – Distribuição espacial dos conflitos no campo maranhense entre os anos de 2015 – 2016
Fonte: CPT

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve artigo trouxe elementos para se pensar possibilidades de reconstrução do que buscamos chamar de *novo mundo* a partir de experiências concretas espalhadas por países da América Latina, como Brasil, México, Chile e Bolívia. Importante reforçar que no Estado do Maranhão, Brasil, há focos de resistência que buscam por caminhos autônomos e que todos os movimentos/articulações insurrecionários ou não, possuem elementos de conexão ainda que pesem suas diferenças de forma de organização e atuação. Marini (2020, p.32) discorre sobre a necessidade de uma revolução latino-americana contra o modelo neoliberal,

diz: “[...] a responsabilidade histórica dos povos latino-americanos e, diante dela, não há outra atitude possível que não seja a prática revolucionária.”. Portanto, uma reflexão possível de ser feita é que a luta não se resume a plena posse dos territórios, mas sim por nova forma de sociabilidade, não se sabe ao certo qual, mas lançam-se elementos mínimos para se pensar. Uma sociedade onde as utopias tornem-se cada vez mais concretas para todos os grupos e em todos os espaços.

A pretensão aqui, não é exaurir a discussão sobre os temas, tão pouco chegar a uma resposta definitiva, mas pontuar brevemente a prática autonômica dos povos tradicionais e seguimentos camponeses na América Latina, com recorte mais encorpado para alguns sujeitos articulados na Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão. Desta forma, para explicitar a necessidade de articulação e organização de povos tradicionais e grupos camponeses recorremos a Davis (2018) e Kropotkin (1995). Kropotkin (1995), em seu texto *El apoyo mutuo: un factor de la evolución*, em extrapolação, pode-se concluir que a cooperação mútua pode servir de combustível para revolução, promovida pelo povos de baixo. Davis (2018), salienta, por fim, a necessidade de uma organização de base popular, criada a partir de baixo, que una todos os seguimentos dos movimentos.

Reduzir esses movimentos a uma classificação fechada, isolada, delimitada é reduzir a potência dos mesmos. Desta feita, é preferível buscar uma compreensão que aceite as contradições inerentes a cada um desses movimentos no ponto de vista da organização e atuação, mas considerando a dimensão anticapitalista e libertária como horizonte. Por fim, para este texto apenas, faz-se necessário sobremaneira pensar os movimentos que têm promovido uma série de insurreições por boa parte da América Latina, numa perspectiva libertária. Em suma, as considerações aqui feitas ajudam a pensar que há possibilidades para enfrentar e modificar minimamente o cenário que tem se mostrado desastroso, com a retomada com força do rolo compressor neoliberal.

REFERÊNCIAS

ALKMIN, Fábio Márcio. **Por Uma Geografia da Autonomia:** a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2ª. Ed. Manaus: pgsca-UFAM, 2008.

BATISTA, Carlos dos Santos; SANTOS, José do Nascimento; RODRIGUES, Lenora C. Mota; AMADOR, Rafael Barra; COSTA, Saulo Barros. **TEIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MARANHÃO. (RELATÓRIO 2013-2016)**. Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – Regional Maranhão / Comissão Pastoral da Terra (CPT) - Regional Maranhão / Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) / Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária (NERA). São Luís, 2017.

BRANCO, João Francisco Migliari. “**Sacar al Gobierno de Nuestras Vidas**”: Relatos da Insurreição e da Repressão Covarde na Comuna de Oaxaca (2006). In: PITTA, Fábio Teixeira; MARIANA, Fernando Bonfim; BRUNO, Lúcia Emília N. B.; SILVA, Rodrigo Rosa (org.). **TERRORISMO DE ESTADO, DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS**. Editora Entremares. São Paulo, 2017.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição Nº 215**. Câmara dos Deputados. Brasília, 2015. Disponível em: <
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=889041> Acesso em: 03/07/2020.

CARDOSO, Franci Gomes. **Classes sociais e construção de hegemonia das classes subalternas**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2017.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **A força do povo Gamela**: “Pensavam que nós éramos matutos, mas nós somos índios”. Disponível em: <
<https://cimi.org.br/2015/05/37192/>> Acesso em: Outubro de 2018.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra; SILVA, Rosângela Ramos. **A LUTA PELO RECONHECIMENTO ÉTNICO E DIREITO À TERRA**: Os Gamella. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2017).

COSTA, Saulo Barros. **Chapadas e lutas**: resistência camponesa no Baixo Parnaíba Maranhense na rota do agronegócio silvicultor – conflitos territoriais e “usos” da natureza. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2016.

COSTA, Saulo Barros, (et.al). **A GEOGRAFIA DOS CONFLITOS NO CAMPO NO MARANHÃO 2015-2016**. 2016.

DAVIS, Angela. **A Liberdade é uma luta constante**. 1. Ed. Boitempo. São Paulo, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. CHIAPAS. Disponível em: <
<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/chiapas>>. Acesso em: Junho de 2020.

GOHN, Maria Glória. **Movimentos Sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. v.16, n.47. 2011.

GOHN, Maria Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, Edições Loyola, 2014.

HARNECKER, Marta. **Um mundo a construir**: novos caminhos. 1.Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2018.

- HARVEY, David. **Espaço de Esperança**. 2. Ed. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2004.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5 ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- IBARRA, María Verónica. *Los megaproyectos desde una geografía crítica*. In: IBARRA, María Verónica; TALLEDOS, Edgar (coords.). **Megaproyectos en México: una lectura crítica**. Itaca/UNAM: México, 2016.
- KROPOTKIN, Piotr. **El apoyo mutuo: un factor de la evolución**. Ediciones Madre Tierra, 1995.
- MARIATEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade Peruana**. São Paulo: Alfa-Omega, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução na América Latina**. Editora Terra sem Amos: Bacurau, 2020.
- MARINHO, Samarone Carvalho. **Resistência e conflitos socioambientais frente aos megaprojetos México e no Brasil: os casos de Oaxaca e Maranhão**. Maranhão: UFMA, 2017
- NETTO, Sebastião Leal Ferreira Vargas. **Cultura Política e movimentos sociais latino americanos: Os casos do EZLN e do MST**. In: PITTA, Fábio Teixeira; MARIANA, Fernando Bonfim; BRUNO, Lúcia Emília N. B.; SILVA, Rodrigo Rosa (org.). **TERRORISMO DE ESTADO, DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS**. Editora Entremares. São Paulo, 2017.
- RESISTÊNCIA CAMPONESA JORNAL DA LUTA COMBATIVA DOS CAMPONESES POBRES. **“Povos Guarani e kaiowá e Terena resistem às ameaças de despejo”**. Disponível em < <https://resistenciacamponesa.com/povos-originaarios/povos-guarani-e-kaiowa-e-terena-bresistem-as-ameacas-de-despejo/>>
- RODRIGUES, Sávio José Dias. **Organização camponesa em Balsas/MA e a expansão do agronegócio da soja: implicações e resistências camponesa no Sul do Maranhão**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Fortaleza, 2010.
- ORNELAS, Raúl. **A autonomía como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos caracoles**. Enpublicacion: Hegemonias e emancipações no século XXI. CECEÑA, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Julio 2005.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção/Milton Santos**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Informações sobre os autores:

Rafael Barra Amador

Geógrafo e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. rafaelmbarra@gmail.com
OrcID <https://orcid.org/0000-0002-4985-3472>

Artigo recebido em 31/05/2020 e aceito em 03/06/2020